

EDUCAÇÃO, PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

*Beatriz Maria Azambuja Bastos Guimarães**

*Marília Costa Morosini***

RESUMO: A indissociabilidade do ensino e da pesquisa é talvez o discurso mais veemente do meio universitário. Embora bem conhecido, este discurso não tem sido viabilizado na prática. No presente trabalho, as A.A. propõem, apoiadas em teorias educacionais, uma reformulação estrutural do currículo universitário onde a pesquisa seja utilizada como estratégia de aprendizagem.

Em meados da década de 60, com o colapso do estado populista, inicia no Brasil uma reorganização industrial onde são priorizados o "know-how" e a tecnologia dos países desenvolvidos. De acordo com FURTADO (1972), "é a fase de industrialização com hegemonia dos consórcios internacionais". Direcionado por um modelo desenvolvimentista, o Brasil necessitava desenvolver suas forças produtivas o que, evidentemente, implicaria em novas formas de controle social e político e que, por sua vez, se apoiariam firmemente no papel reprodutivista da escola. Neste sentido, foi ela redefinida e reestruturada a fim de assegurar o pleno funcionamento dos setores econômicos e sociais, sedimentados pela ideologia dominante, expressa através dos conceitos de democratização e investimento. Por democratização do ensino entendiam-se certos mecanismos, como a ampliação de vagas e a expansão da rede particular e, por investimento, entendia-se investimento na capacitação do indivíduo, como por exemplo a possibilidade de auto-aperfeiçoamento através de cursos de pós-graduação.

Estes últimos é que interessam diretamente ao escopo deste artigo, porque veiculam um modelo de aperfeiçoamento técnico-profissional e porque, no sistema educacional atuam como agenciadores e fomento à pesquisa (que até então, a não ser por uns poucos e heróicos esforços isolados, inexistia institucionalmente). Para se entender a vinculação da pesquisa com a educação, seria interessante por em relevo,

*Professora Adjunta do Departamento de Medicina Preventiva, Saúde Pública e Medicina do Trabalho, U.F.R.G.S.

**Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, U.F.R.G.S.

resumidamente, algumas das principais discussões sobre o papel da educação, sem maiores pretensões críticas, mas de modo que esta associação fique clara aos propósitos deste artigo.

Durante algum tempo, autores como DEWEY (1959) e PARSONS (1959) defendiam o que se convencionou chamar de equalização de oportunidades educacionais — isto é, a escola proporcionaria a todos, democraticamente, as oportunidades para “subir” na vida. Por esta concepção, não era ignorada a divisão da sociedade em classes, mas imaginava-se que dentro das escolas, as barreiras de classe seriam minimizadas através das oportunidades educacionais, e as pessoas seriam selecionadas pelo desempenho e/ou competência. Atribuía-se à educação, além da manutenção do sistema de valores e de relações sociais, a função de agente de mudança social, pois a considerava como a chave da porta da modernização nos países subdesenvolvidos e uma das principais melas impulsionadoras do homem na sociedade. A concepção da educação formal como fator de mobilidade social pode ser exemplificada na prática: o indivíduo capaz de adquirir certo grau de instrução formal pode aspirar certas ocupações de prestígio e conseqüentemente ascender na escala social. A educação é percebida como bem social e fator de equalização social e, conseqüentemente, nesta perspectiva, como superadora da marginalidade e obviamente das desigualdades. A educação quando relacionada com a questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento econômico, fazia parte de um círculo causal onde mais educação acarretaria mais desenvolvimento e vice-versa. Conjugavam-se, pois, nesta linha, as características positivistas e funcionalistas embaadoras.

Entretanto, mesmo no quadro de uma ideologia de mobilidade e ascensão social, surgiam perplexidades inexplicáveis, como por exemplo os altos índices de evasão e repetência nas camadas desprivilegiadas da população. Para superação destes problemas, na era “tecnológica”, pensou-se numa solução “tecnológica”: a educação deveria se modernizar através de uma “tecnologia” educacional proliferando, então, o uso do retro-projetor, projetor de slides, cartazes e toda uma parafernália que se mostrou tão pouco eficaz para evitar a evasão ou a repetência, como a palmatória havia sido no início do século.

Diferentemente destas explicações, um outro grupo, que engloba autores como ALTHUSSER (1970), BOURDIEU e PASSERON (1975) desenvolveram o que se convencionou chamar “teorias críticas da educação”, que encaram a escola como um mecanismo que reproduz, eficazmente, a sociedade na qual está inserida, isto é, reproduz as relações de produção através, não só da qualificação do desempenho de

funções técnicas como também, através da manutenção e reforço dos seus valores e parâmetros.

A inculcação da ideologia dominante e da qualificação para o trabalho é feita desde a escola de 1.^o grau até a Universidade. Do total dos que entram, a maior parte vai ficando pelo caminho já impregnada com esta ideologia e é constituída pelos operários e pequenos burgueses. Alguns avançam um pouco mais, com enorme esforço, e constituem os quadros dos pequenos e médios funcionários e empregados. O último terço dos jovens que consegue chegar ao topo do universo escolar fornece ao sistema "os intelectuais do trabalho coletivo, os agentes de repressão (militares, políticos e administradores), agentes de ideologia (padres de toda a espécie) e os agentes de exploração (os capitalistas)" ALTHUSSER (1970).

ALTHUSSER (1970) no estudo da reprodução dos modos de produção, ressalta a existência da materialização da ideologia através de mecanismos de controle social: Aparelhos Repressivos de Estado e Aparelhos Ideológicos do Estado. Neste último, que exerce sua função predominante pela ideologia mais do que pela repressão, situa-se o sistema escolar, não como promotor de mobilidade social, mas como mecanismo pelo qual a burguesia perpetua seus interesses.

Com base, e em resposta às teorias reprodutivistas, inúmeros autores surgem reestudando a importância da ideologia, do poder e da cultura nas relações entre Escola e Sociedade. YOUNG (1971), APPLE (1982), GIROUX (1983) e outros. Os trabalhos desta corrente transformista não reduzem a lógica da dominação somente às forças externas, mas percebem-na como resultante, também, da própria condição das classes trabalhadoras no agir diário. Assim, as mesmas forças materiais e ideológicas, que promovem a reprodução cultural e social, também produziriam formas de resistência, pois, "é razoável argumentar que o conhecimento educacional e sua prática são organizados sobre os princípios de classe, mas também que o processo de transmissão é mediado pelo campo cultural da sala de aula de tal maneira que os efeitos determinados não podem ser garantidos". MOORE citado por GIROUX (1983).

A "grosso modo", estes blocos de idéias sintetizam o que o pensamento ocidental investiu no assunto. A partir deles, situar-se-á o centro da presente discussão: educação, pesquisa, produção de conhecimento.

Entendendo a educação a partir dos seus condicionantes sociais, isto é, a sua relação de dependência com a sociedade em que está inserida, ficou mais fácil perceber o porquê do surgimento da pesquisa no Brasil, como um reduto dentro de outro reduto que é a Pós-Graduação das Universidades Brasileiras, pois, assim encastelada e, por definição,

dependente da educação, tornou-se um instrumento reforçador de reprodução: elitizada e elitizadora.

Dentro desta ótica o pesquisar nas Universidades deixa de ser um ato pedagógico, porque fechando-se num círculo de auto-emulação e ignorando o mundo circundante está produzindo, na grande maioria das vezes, um tipo de conhecimento que apenas reproduz o esquema de estrutura em vigor, sem ter consciência de que o produto do conhecimento não é determinado pela ciência diretamente, mas é selecionado pelas classes dominantes através de seus representantes. Esta vinculação do saber é reafirmada no reconhecimento deste produto como o científico, em contraposição aos conhecimentos categorizados, como sendo comuns.

BOLTANSKI (1969) reconhece que o "saber popular" não é uma coisa diferente do saber erudito, mas um conjunto de reinterpretações de fragmentos do "saber erudito" que, devido a circulação de cima para baixo e a velocidade social da difusão, atingem as classes populares num movimento em que as "verdades" já foram substituídas nas classes dominantes. Assim, o homem pode buscar incessantemente novas respostas, mas estas estão diretamente ligadas às oportunidades que o ambiente oferece para o seu crescimento.

Dentro deste contexto, os pesquisadores docentes, em sua grande maioria desconhecem, até mesmo o que os profissionais de sua própria área carecem como soluções inovadoras. Por estarem os "produtores" universitários de pesquisa freqüentemente desvinculados da realidade profissional, na melhor das hipóteses, os assuntos pesquisados, os conteúdos trabalhados não tem aplicação imediata (às vezes nem mesmo mediata) e, portanto, se auto-deterioram.

Tendo em mente as constatações de que pesquisa e educação são interdependentes, que educação é um mecanismo de reprodução do poder dominante, e que pesquisa tal como é efetuada nas Pós-Graduações das Universidades perdeu seu sentido pelo distanciamento da realidade, tendo presente estas constatações e que a consciência dela nos incomoda, nos perturba, nos abate, que resta para nós, que estamos dentro do sistema?

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas políticas educacionais orientadas pela união de dominação e classe, direcionando, não só à lógica como também os imperativos das prioridades de pesquisa nas Pós-Graduações, é mister forçar uma resistência não só a esta ideologia, mas também ao nível das condições materiais, pois estes mecanismos de reprodução do saber podem ser resistidos através da desmistificação da pesquisa e da divulgação de como realizá-la. Registre-se que os profissio-

nais de uma determinada área, mesmo trabalhando rotineiramente como objeto de sua preocupação, não produzem saber, pois não conseguem interpretar suas vivências dentro de um esquema de pensamento de domínio de uma classe pós-graduada: BOURDIEU (1972) ressalta que "a avaliação subjetiva das oportunidades de êxito de uma determinada ação numa determinada situação fez antever todo um corpo de sabedoria semiformalizada, ditados, lugares comuns, preceitos éticos ("isso não é para nós") e, mais, profundamente, os princípios inconsciente do ethos, disposição geral e transferível que, sendo o produto de toda uma aprendizagem dominada por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas "razoáveis" ou "desarrazoadas" (as "lacunas") para todos os agentes submetidos a essas regularidades.

O desenvolvimento dos "segredos" da pesquisa, constitui assim uma das formas possíveis de emancipação de categorias. E que tipo de emancipação é esta? A emancipação das categorias profissionais (médicos, advogados, etc.) através da produção do conhecimento urgente e necessário para o próprio desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Esta produção de conhecimento, entretanto, só ocorre e só pode ocorrer através da investigação científica. Mas só investiga, só pesquisa, quem sabe pesquisar (e quem não pensa que pesquisa é algo intangível, fora do dia-a-dia dos homens comuns).

Neste arcabouço, pretendeu-se situar a presente proposta (desmistificação da pesquisa), como uma forma de mediação da produção do saber como resultado da relação entre os sujeitos e suas atividades. Fundamenta esta postura, a utilização de conceito de cultura dialética onde esta contém "não somente um momento de dominação, mas também, a possibilidade de que os oprimidos produzam, reinventem e criem os dispositivos materiais e ideológicos de que necessitam para romper os mitos e estruturas que os impedem de transformar uma realidade social opressiva" GIROUX, (1983).

Urge resgatar estes conhecimentos através dos próprios mecanismos acadêmicos já que entre a produção de conhecimento e a absorção deste às prestações de serviço, há um espaço a ser preenchido com o cultivo de teorias próprias e não apenas utilização das transplantadas de culturas alienígenas.

O desenvolvimento de teorias surge com e durante o processo investigatório. Deste modo, há que situar este processo em um plano tal que desde os primórdios de sua carreira o profissional se habitue a ele. Isto quer dizer o seguinte: já no curso de graduação o estudante deve adquirir o hábito de pesquisar, deve apreender e praticar enquanto ainda em formação. Por esta razão é que se torna imperativa a implanta-

ção da pesquisa na graduação, para que o futuro profissional seja armado com os meios de produção e a sua aplicação.

Dentro desta proposta, o profissional armado com os meios de produção do saber, e tendo experiência, combaterá a noção de incapacidade de pesquisar e compreenderá que "o processo de teorização não é um reflexo direto e mecânico da realidade no plano do pensamento, bem como as teorias não são verdades "reveladas". São sempre o resultado de um trabalho difícil e complexo para conhecer o seu objeto, utilizando as teorias e as experiências anteriores CARDOSO (1972).

A colocação da pesquisa na graduação não significa postular uma ou duas, ou várias cadeiras de metodologia científica e/ou de pesquisa nos cursos, mas sim uma mudança estrutural nos currículos onde a *atividade de pesquisa permeie todas as disciplinas e, através dela, professor e aluno, finalmente, produzam conhecimento*. Obviamente que esta proposta implica numa transformação da concepção da didática universitária até hoje utilizada em Instituições de Ensino de terceiro grau. Didática esta, esvaziada de seus objetivos, centrando-se em aulas magistrais (onde o discente é um mero elemento necessário à existência do curso e, não, o foco da questão) e de pretensos seminários, onde via de regra lê-se o que outros escreveram (na maioria das vezes autores estrangeiros, sendo que, muitas delas, conhecimentos já superados). Não se solicita do aluno a capacidade de raciocínio, nem se está preocupado com a problematização do real; delega-se a responsabilidade de consumir tais conhecimentos sem fornecer-lhes os meios de alcançar uma autonomia. Em resumo, é necessário e urgente introduzir a pesquisa na graduação, ainda no período de formação acadêmica, para que o estudante não apenas aprenda a pesquisar e produzir, mas adquira este hábito levando-o consigo, para fora dos muros da Universidade.

SUMMARY: the indissociability between research and teaching is perhaps the most vehement discourse within the university setting. Although well-known, this discourse has not been carried out in practice. Based on educational theories, the authors propose in the paper a structural change of the university curriculum so that research can be used as a learning strategy therein.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALTHUSSER, Louis. *Ideologie et Appareils Ideologiques d'Etat*. Paris, Pensée, 1970.
02. APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

03. BOLTANSKI, Luc. *Prime education et morale de classe*. Paris, Mouton, 1969.
04. BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris, Droz, 1972.
05. BOURDIEU, P. & PASSERON, C. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ed. Nacional, 1975.
06. CARDOSO, Miriam Limoeiro. *O mito do método*. Rio de Janeiro, S.C.P. (PUCRJ), 1972.
07. DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo, Ed. Nacional, 1959.
08. FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
09. GIROUX, Henry. *Pedagogia radical. Subsídios*. São Paulo, Cortez/autores associados, 1983.
10. PARSONS, Talcott. *The school class as a social system*. Harvard Education Review, 29:4, 1959.
11. YOUNG, Michael. *Knowledge and Control*. London, Collier-MacMillan, 1971.

Endereço do Autor: Marília Morosini
Author's Adress: Rua Ramiro Barcelos, 2.600
90.000 – Porto Alegre (RS)